

ATA DA 1ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE AMBIENTAL DO BAIXO SAPUCAÍ

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e nove, na cidade de Varginha-MG, no auditório do Teatro Mestrinho, do Colégio Marista, à Praça Champagnat nº 69, centro, às nove horas, foi instalada a primeira Conferência Regional de Saúde Ambiental da Região do Baixo Sapucaí, realizada por agrupamento regional dos seguintes municípios: Aiuruoca; Baependi; Cambuquira; Campanha; Campo do Meio; Campos Gerais Carmo da Cachoeira; Carmo de Minas; Carrancas; Carvalhópolis; Caxambu; Coqueiral; Cristina; Cruzília; Dom Viçoso; Eloi Mendes; Fama; Ilícinea; Ingaí; Itamonte; Itanhandu; Itumirim; Itutinga; Lambari; Lavras; Luminárias; Machado; Monsenhor Paulo; Nepomuceno; Passa Quatro; Perdões; Pouso Alto; Ribeirão Vermelho; Santana da Vargem; São Bento Abade; São Lourenço; São Sebastião do Rio Verde; São Tomé das Letras; Seritinga; Serranos; Três Corações; Três Pontas; Varginha e Virgínia, todos do Estado de Minas Gerais, integrantes da Conferência conforme Decretos Municipais respectivos, tendo como objetivos: definir diretrizes para a política pública integrada no campo de saúde ambiental, a partir da atuação transversal e inter-setorial dos vários atores envolvidos com o tem; promover e ampliar a consciência sanitária, política e ambiental da população sobre os determinantes sócio-ambientais para um conceito ampliado de saúde; promover o debate social sobre as relações de saúde, ambiente e desenvolvimento, no

sentido de ampliar a participação da sociedade civil na construção de propostas e conhecimentos que garantam a qualidade de vida e saúde das populações em seus territórios; identificar experiências positivas em execução e realizadas em contexto participativo, considerando os diferentes aspectos territoriais, referentes ao binômio saúde-ambiente e as demandas da sociedade para o poder público; fortalecer iniciativas que promovam o exercício da cidadania e a garantia do direito à saúde, estimulando a organização e consolidação de redes nacionais e internacionais para a troca de experiências e realização de ações conjuntas, voltadas para a melhoria da saúde ambiental; sensibilizar as populações para que constituam instâncias colegiadas que tratem de temas relacionados à saúde ambiental, de forma a disseminar informações, debater e decidir sobre políticas de saúde, ambiente e desenvolvimento; indicar prioridades para a atuação do Estado, no desenvolvimento de programas e ações intra e inter-setoriais, como eixo central para a construção da Política Nacional de Saúde Ambiental. Para compor a mesa foram convidados o Prefeito Municipal de Varginha Eduardo Carvalho Corujinha; o Presidente da Câmara Municipal Vereador Leonardo Ciacci; o Prefeito Municipal de Campanha Roberto Silva representando o Presidente da Associação dos Municípios da Micro Região do Baixo Sapucaí; Mirtes de Fátima Valério Assessora da Gerência Regional de Saúde em Varginha e Dr. Francisco Romanelli Coordenador da Comissão Organizadora desta conferência e Presidente do CODEMA Varginha. Em seguida a mestre de cerimônia Luciana

Vanessa de Souza convidou a todos para que colocassem em posição de respeito para cantar o Hino Nacional Brasileiro. Em seguida passou a palavra ao Dr. Romanelli que destacou a importância do evento para a nossa região, da significativa participação dos municípios através de suas delegações, para discussão de um tema de grande relevância que é a saúde ambiental na busca da qualidade de vida para a nossa população. Agradeceu a adesão dos municípios e declarou aberta a presente Conferência. Passada a palavra ao representante da AMBASP, parabenizou pelo sucesso na mobilização dos municípios no evento, com uma proposta de pauta bem produtiva, que com certeza irá gerar bons frutos e promover uma co-responsabilidade de todos com a causa ambiental que resultará em ações concretas para o nosso futuro. Convidada a manifestar-se a Assessora da Gerência Regional de Saúde Senhora Mirtes Valério cumprimentou a todos aqueles que lutam pela saúde ambiental, desejando que os trabalhos possam ocorrer dentro do mais elevado nível e com resultados desejáveis. O Presidente da Câmara Vereador Leonardo Ciacci destacou a importância do evento como um fórum para troca de experiências, evidenciando o empenho de todos os representantes dos municípios que integram esta conferência. Em seguida a palavra foi passada ao Prefeito Anfitrião de Varginha Eduardo Carvalho Corujinha destacando a luta de todos de nossa região por uma boa causa que é nossa saúde, buscando discutir o ambiente como fator de importância para a sua qualidade. Enfatizou que é preciso sensibilizar todas as cadeias educativas

para este importante tema que é a saúde ambiental. Cumprimentou a AMBASP e a importância da união entre os municípios, caminho este, onde todos saíram ganhando. Agradeceu aos presentes por estarem na cidade de Varginha e a alegria em recebê-los. Agradeceu por fim a todos aqueles que colaboraram com a realização desta importante conferência. Em seguida a mestre de cerimônia convidou os integrantes da mesa que se posicionassem no plenário para que pudesse ter início as apresentações dos painéis programados para a parte da manhã. Convidada a apresentação do primeiro painel com tema “Ações de defesa e preservação ambiental e seus impactos na saúde das populações” a Dra. Jandira Luz Teixeira da Superintendência Regional de Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável do Sul de Minas. Destacou sobre as ações da SUPRAM na regularização ambiental, mediante trabalho integrado de diversas Instituições do Estado. Discorreu sobre a política de resíduos sólidos no Estado e ICM ecológico. Discorreu sobre Programa Estadual “ Minas Trata o Esgoto enfatizando o prazo para que os municípios tratem os seus esgotos. Em seguida passou-se a apresentação do segundo painel com o tema “A Saúde Ambiental na Cidade, no Campo e na Floresta, construindo cidadania, qualidade de vida e territórios sustentáveis”, com a mediação do Dr. Demétrio Junqueira Figueiredo, da Gerência Regional de Saúde em Varginha. Evidenciando conceitos como: Territórios sustentáveis; Saúde e Vulnerabilidade Iniciou anunciando que a conferência tem a participação oficial de quarenta e quatro municípios, com

significativas delegações representando uma população regional de oitocentos e trinta e uma mil novecentas e vinte e uma pessoas, assegurando que esta conferência terá trinta e seis delegados à Conferência Estadual, que se realizará no final do mês de outubro, próximo. Informou, também, que mais dois municípios estão participando sem contudo estarem integrando a presente conferência. Enfatizou sobre as políticas públicas organizadas, destacando a saúde e os aspectos de vulnerabilidade em nossa região, como lixões, poluição do solo, esgoto sanitário, poluição industrial, doméstica e a provocada pelos veículos. Destacou sobre as consequências geradas pelo uso indiscriminado de agrotóxico, e do descarte das embalagens. Destacou a ação nociva das queimadas, dos esgotamentos das moradias rurais, tudo isso com reflexos na saúde e comprometimento da qualidade de vida. Aberta a fase de debates, sob a coordenação do Dr. Romanelli várias foram as perguntas apresentadas pelo plenário, ficando parte delas para serem respondidas, em curto prazo, via email, aos interessados. Encerradas a fase dos painéis foi apresentada pelo integrante da Comissão Organizadora – Dr. Demétrio como seria feita a escolha dos delegados a Conferência Estadual. Em seguida discorreu como seria realizada as reuniões temáticas, organizadas em 07 grupos com os temas: Grupo 1 – Efeitos nocivos da poluição derivada das queimadas e do transporte na saúde humana sob a coordenação da Comissão de Meio Ambiente da 20ª Sub Seção da OABMG; Grupo 2 – As relações entre saúde ambiental, saúde do trabalhador e atenção primária em saúde, sob a coordenação da

Secretaria Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde de Varginha; Grupo 3 – Movimentos sociais, governança, educação em saúde ambiental e saneamento, sob a coordenação da Agenda 21 e Orçamento participativo; Grupo 4 – Regularização de áreas de proteção ambiental e manejo de resíduos no meio urbano, sob a coordenação do CODEMA de Varginha e AMBASP; Grupo 5 – Papel da habitação e do saneamento na construção da saúde ambiental, sob a coordenação do CREA-MG e Associação de Valorização de Engenheiros; Grupo 6 – Saúde ambiental no campo: desenvolvimento, sustentabilidade e segurança alimentar, sob a coordenação da EMATER-MG e CBH Verde, e, Grupo 7 – Perspectiva epidemiológica das doenças emergentes e reemergentes frente às mudanças climáticas, sociais e econômicas, sob a coordenação da Gerência Regional de Saúde. Encerrados os trabalhos da parte da manhã, foram todos convocados para o reinício da conferência às 13:30 horas. Retomados os trabalhos conforme programação, instalada a mesa de condução, o Dr. Romanelli solicitou ao Sr. Heloizio Domenichini que procedesse a leitura do regimento da 1ª conferência regional de saúde ambiental do baixo sapucaí, que fora passado, com a devida antecedência, a todos os municípios convidados para apresentação de sugestões. Feita a leitura, aberta a apreciação dos presentes, foi ponderado pelo Sr. Valentin do CBH Verde, que o município não tem política de recursos hídricos. Feito os esclarecimentos, haja vista que assim está definido no regimento da conferência estadual, manteve-se conforme está no

regimento desta conferência. Colocado a apreciação do plenário o regimento foi aprovado por unanimidade, devendo, portanto, ser assinado pela comissão organizadora e por mais quem desejar, ficando fazendo parte desta ata. Em seguida, o Dr. Demétrio, passou aos esclarecimentos a respeito dos Grupos Técnicos, orientando sobre os locais das reuniões, que acontecerão no 3º andar deste prédio, com exceção do Grupo 7 que permanecerá no plenário deste Teatro. Encerrados os trabalhos dos grupos técnicos, voltaram todos a se reunirem em plenária, sob a coordenação do Dr. Demétrio, que passou a apresentação das propostas apresentadas pelos diversos grupos técnicos: Fiscalização efetiva das atividades poluidoras; Disposições legislativas favoráveis à repressão da degradação e combate às vulnerabilidades; Disposições legislativas de incentivo a prevenção e conservação; Parcerias público-privadas (Ex: arrecadação do setor privado de materiais para capinas não químicas e construção de muros em troca de subsídios fiscais); Participação do Judiciário: Aplicação de penas alternativas a condenados de crimes de menor potencial ofensivo, participando-os de ações em prol do meio ambiente. Prestação de serviços à comunidade. Ex: capina, doação de materiais, construção e pintura de muros, educação ambiental nas escolas, limpeza pública, coleta seletiva e reciclagem de materiais; Acesso à informação e conscientização da População, através de jornais, rádio, TV, campanhas interativas; Zoneamento urbano que adote política de conservação dos recursos naturais e parcelamento mínimo do solo; Governo

Municipal: dar incentivos a população; Punição através de multas, etc.; Educação através de Agentes Comunitários e Epidemiológicos, escolas e associações de bairros; Ampliação das ações de segurança pública; Promover ações que contribuam para a redução dos níveis de CO₂; Promover ações que contribuam para o uso racional do solo; Incentivo de moradias mais próximas aos locais de trabalho; Incentivo à pesquisas de fontes alternativas de energia renovável e tecnologias não poluentes; Política de incentivo e priorização do transporte não motorizado e público; Promover ações que contribuam para melhoria do tráfego urbano; Estabelecer que a frota tenha prazo pré-estabelecido para permanecer no uso; Estabelecer regulamentação de emissão de gases poluentes (emitidos por transportes em geral); Utilização de veículos com combustíveis alternativos; Conscientização da população para não jogar lixo dentro de lotes, margens dos rios e outros; Continuar com as multas em pessoas que colocam fogo em lotes e matas; Patrulhamento efetivo da Polícia nestes locais; Incentivar o dono para plantar em suas propriedades; Como medida de pena alternativa de pequenas infrações, acionar o Ministério Público para os promotores e juizes em prol do meio ambiente; Cobrar teste de emissão de poluentes em veículos; Incentivar a população para não jogar lixo de janelas de veículos, destacando cigarros acesos; Conscientizar também a população que a fumaça de queimadas é tóxica e faz muito mal; Dar mais incentivo aos Conselhos Rurais e Municipais; Contratar pessoal especializado para melhorar o fluxo de trânsito nas cidades

(arquitetura); Educação Ambiental: inclusão obrigatória em todos os níveis da educação; Oficialização de um agente ambiental em cada unidade de saúde com função de vistoriar e orientar em relação às condições ambientais do território em questão; Dar à Vigilância Sanitária autonomia para realizar as ações normativas e de fiscalização, sem retaliações para o funcionário que executar as referidas ações; Elaboração de uma legislação punitiva em caso de reincidência de notificações, em relação a danos ambientais que afetam diretamente a Saúde Pública; Incentivo fiscal para instituições que promovam gerenciamento adequado dos resíduos em serviços de saúde; Implantação em todos os municípios do Programa de Monetização da Qualidade da Água para consumo humano, sendo responsabilidade do município, independente da população adstrita; Adequação e estruturação do destino dos resíduos sólidos, independente do número de habitantes do município, bem como, a orientação adequada dos catadores de lixo; Capacitar o controle social e todos os níveis de servidores de atenção primária através de cursos, palestras sobre o meio ambiente e saúde; Ações preventivas quanto á saúde do trabalhador, que os exames periódicos sejam realizados de acordo com o risco do trabalho; Implementar ações que obriguem empresas privadas e órgãos públicos de extração de minerais a efetuar treinamentos semestrais sobre riscos inerentes a sua função assim, como EPIS, EPCS normatizados.; Convênios com laboratórios credenciados para análise de agentes poluidores; Instituir a lei municipal de fitoterápicos; A transparência quanto a

utilização das verbas destinadas a saúde; Criação de um laboratório de análise para que fosse de conhecimento dos municípios a contaminação principal de cada área; Obrigatoriedade dos municípios implementarem a Vigilância ambiental e Vigilância em saúde onde já existe a vigilância epidemiológica e sanitária; Capacitação técnica com agentes comunitários da saúde, agentes de combates a endemias, assistentes sociais, fiscais de postura e obras; Criação de uma grade curricular, ou seja, uma disciplina voltada para a educação ambiental para todos os níveis; Criação de um Conselho Municipal de Meio Ambiente; Descomprometimento das empresas fornecedoras de defensivos; Divulgação e incentivo na implantação da Agendas 21 Escolar e do Fórum Regional da Agenda 21, como incentivo para posterior elaboração da Agenda 21 Local; Interdisciplinaridade em todos os níveis do município ou sociedade: Educacional, Secretarias Municipais, conselhos, etc; Disponibilização de recursos financeiros para viabilização de projetos educacionais em todas as áreas, rurais, urbanas e diversos seguimentos da sociedade; As relações entre saúde ambiental, saúde do trabalhador e atenção primária em saúde, para os trabalhadores de empresas de mineração (São Tomé das Letras e Baependi), bem como a fiscalização dos resíduos. Colocadas a apreciação do plenário foram todas aprovadas. Consultado o plenário a respeito da sistematização das propostas, ficou decidido que seria, a posteriori, feito pela Comissão Organizadora. Dando seqüência, foi colocada para apreciação do

plenário a relação dos Delegados devidamente escolhidos através dos diversos grupos técnicos para representar a presente conferência regional junto à Conferência Estadual, a ser realizada no final do mês de outubro, em Belo Horizonte-MG, sendo: 1. Maria Helena Franco, do Conselho Municipal de Saúde de Itutinga; 2. Tadeu Pinto Mendes, da Associação Vertentes de Varginha; 3. Sergio da Cruz Ribeiro, representante Sindical em Varginha; 4. Ronan Marcos Armindo, da Vigilância Sanitária de Lavras; 5. Fabiana Miguel, do Senac em Varginha; 6. Edson Batista Rosa, da equipe de Zoonoses de Varginha; 7. Igor Augusto Cainelli, da Prefeitura Municipal de Varginha; 8. Cristiane Aparecida Messias, da Secretaria de Saúde de Cruzília; 9. Raul Ambrózio Neto, da Prefeitura de Santana da Vargem; 10. Maria Cristina A. Bichara, do Setor de Educação de Varginha; 11. Virgínia de Siqueira Barros, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itanhandu; 12. Janimayri F. Almeida, da Prefeitura de São Lourenço; 13. Willis da Silva, do segmento social de Varginha; 14. João Carlos Cândido, da Prefeitura de Varginha; 15. Stella Souza Guida, da Prefeitura de Itanhandu; 16. José Pinto de Souza Neto, da Vigilância Epidemiológica de Itanhandu; 17. Rossini Mendes Vilela, Secretário de Meio Ambiente de Ilicínea; 18. Marcelo Murad, Secretário de Meio Ambiente de Três Corações; 19. Luiz Antônio Tavares, ONG de São Lourenço; 20. Luciana Brito Torres, da Prefeitura de Virgínia; 21. Dirce Mafalda Costa, da Prefeitura de Cristina; 22. Carlos Rodrigues, da Prefeitura de Cambuquira; 23. Gilson Costa Arantes, da Vigilância Sanitária de Aiuruoca; 24. Valma Heloisa

Goulart, da SEMUS de Varginha; 25. Cleide Rodrigues, da Zoonoses de Varginha; 26. Paulo J. C. Dias, da Prefeitura de Machado; 27. Edson Miguel de Oliveira, produtor rural de Varginha; 28. Andréia de F. M. Prachedes, Gestora Ambiental de Eloi Mendes; 29. Laerte Luiz Oliveira, do município de Campo Gerais; 30. Ailton Batista, Zoonoses de Varginha; 31. Jociane de S. Valim Castro, Coordenação de Epidemiologia de Cruzília; 32. Alexandro Santos, Vigilância Epidemiológica de Perdões; 33. Simone Aparecida Tomaz, da Vigilância Epidemiológica de Lambari; 34. Antonio Marcos Pereira da Silva, da Prefeitura de Baependi; 35. Douglas Pelegrini Vaz Tostes, da Emater de São Bento Abade; 36. Anderson Francisco Custódio, da Vigilância Epidemiológica de Cambuquira. Por aclamação, todos os presentes entenderam por homologar as escolhas feitas ficando definido, portanto, o grupo de delegados que irá representar a Conferência Regional de Saúde Ambiental do Baixo Sapucaí na Conferência Estadual. Em seguida o Dr. Romanelli, passou a conduzir a mesa para as discussões finais a respeito da presente conferência. Várias foram as manifestações de diversos representantes dos municípios que integraram a presente conferência regional. Em seguida o Coordenador dos trabalhos solicitou fosse apresentada ao plenário a ata da presente conferência, submetendo-a apreciação de todos, que não tendo recebido qualquer emenda, foi em seguida devidamente aprovada. Esclareceu, também, que será enviada a cada município participante desta conferência regional uma cópia da ata, para que pudesse estar comprovado o cumprimento da

realização da conferência, de forma conjunta, em substituição a conferência municipal. Declarada encerrada a presente Conferência Regional de Saúde Ambiental do Baixo Sapucaí, eu Heloizio Ângelo Domenichini lavrei a presente ata, que vai por mim assinada, pelo Coordenador da Comissão Organizadora, e por todos aqueles que assim desejarem.